

PARA (RE)PENSAR A QUESTÃO URBANA¹

Mario Leal Lahorgue²

RESUMO

Pensar a questão urbana é sempre, ao mesmo tempo, repensá-la. Este texto procura questionar o que mudou e o que permaneceu basicamente igual nas cidades capitalistas nos últimos 165 anos, desde a publicação dos clássicos trabalhos de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A questão da habitação*. Uma das perguntas é: discussões clássicas e mais antigas sobre a urbanização capitalista ainda são úteis para se analisar a cidade contemporânea, especialmente a brasileira? Para responder isto, além da retomada dos citados livros de Friedrich Engels, se examina a teoria da renda da terra associada à da localização urbana e também se questiona a pertinência e eficácia dos conceitos de segregação espacial e exclusão social.

Palavras-chave: questão urbana; localização; segregação espacial; exclusão social

To (re)think the urban issue

ABSTRACT

Think about the urban question is always, at the same time, rethink it. This paper seeks to understand what has changed and what remains the same in capitalist cities in the last 165 years since the publication of classical Engels' books *The situation of the working class in England* and *The housing question*. One of the questions of this paper is: classic and older discussions about the capitalist urbanization are still useful to analyze the contemporary city, especially Brazilian? To answer this, besides the reexamination of the cited books of Friedrich Engels, I discuss the theory of land rent associated with the urban localization. I also question the relevance and effectiveness of the concepts of spatial segregation and social exclusion.

Keywords: urban question; localization; spatial segregation; social exclusion

“A cidade é o ponto alto da realização humana, objetivando o mais sofisticado conhecimento numa paisagem física de extraordinária complexidade, poder e esplendor ao mesmo tempo que traz consigo forças sociais capazes das mais extraordinárias inovações políticas e sócio-técnicas.

Mas é também o lugar da miserável falha humana, o pára-raios dos mais profundos descontentamentos humanos e a arena de conflitos sociais e políticos. É um lugar de mistério, local do inesperado, pleno de agitações e fermentos, de múltiplas liberdades, oportunidades e alienações; de paixões e repressões; de cosmopolitismo e extremo paroquialismo; de violência, inovação e reação. A cidade capitalista é a arena da mais intensa desordem política e social ao mesmo tempo que é uma testemunha monumental das forças que movem e se movem dentro da dialética do desenvolvimento desigual capitalista.” David Harvey – *The Urbanization of Consciousness*

¹ Texto baseado na palestra proferida pelo autor no Ciclo de Palestras “Quintas Urbanas” em 28/10/2010.

² Professor do departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado (USP) e Doutorado (UFSC) em Geografia. [E-mail: mll@mail2jazz.com](mailto:mll@mail2jazz.com)

1) Introdução

O fascínio, espanto e algumas vezes horror que a cidade desperta em muitas pessoas não diminuiu com o passar do tempo, mesmo que milhares de páginas já tenham sido escritas nos últimos 165 anos para tentar decifrar e explicar a *questão urbana*.

Ainda que as cidades e seus problemas, encontros e desencontros sejam parte da história da humanidade, a questão urbana moderna sem dúvida surgiu junto com o desenvolvimento do capitalismo, quando a aglomeração tanto de capital constante quanto variável em determinados sítios fazem as cidades crescerem em tamanho e complexidade como há muito tempo não acontecia na história³.

Este início de reflexão remete então à uma questão: o que mudou e o que permaneceu basicamente igual nas cidades capitalistas nos últimos 165 anos? Discussões clássicas e mais antigas sobre a urbanização capitalista ainda são úteis para se analisar a cidade contemporânea, especialmente a brasileira?

Estas perguntas só tem sentido porque o capitalismo ainda é dominante como modo de organizar a sociedade e o espaço; portanto, com certeza se pode afirmar que reflexões feitas há bastante tempo ainda podem se mostrar válidas, ressalvadas as particularidades espaço-temporais de épocas distintas. É um pouco disto que trata este texto.

2) Engels, a cidade e a questão da habitação

Passados 165 anos da publicação original de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e 138 da publicação no jornal *Volksstaat* (Leipzig, Alemanha) de *Para a questão da habitação*, o que teria de atual e válido na discussão sobre a cidades empreendida por Engels?

Há quase 40 anos, Henri Lefebvre publicou o que ele chamou de "leitura temática" sobre a cidade e a problemática urbana no quadro teórico do materialismo histórico. A já clássica releitura lefebvriana sobre o marxismo e a cidade (LEFEBVRE, 1972) tinha como pano de fundo primordialmente a situação das cidades européias, o que significa que ainda vale a pena se perguntar sobre a validade/atualidade das reflexões do jovem Engels.

Portanto, nada melhor que citar algumas passagens dos estudos clássicos para começar:

O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e

3 Cidades grandes em tamanho e complexidade não são exclusividade da modernidade nem do capitalismo: vide por exemplo as descrições de Lewis Mumford (2008) sobre a Roma antiga; uma discussão sobre "revoluções urbanas" anteriores ao capitalismo também pode ser encontrada em Edward Soja (2008).

grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despidorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véu, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando (ENGELS, 2008, p. 68-9).

É quase desnecessário dizer que se substituirmos as cidades inglesas citadas por equivalentes no Brasil, a descrição se encaixa quase perfeitamente. Inclusive na percepção das classes média e alta brasileiras sobre a questão urbana: “a casa de cada um em estado de sítio” remete para a profusão de cercas elétricas e de arame farpado no entorno do terreno de casas e condomínios, a “cidade de muros” tão bem descrita por Teresa Caldeira (2000). Antes de continuar, uma citação um pouco maior:

Todas as grandes cidades têm um ou vários 'bairros de má-fama' onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses 'bairros de má-fama' se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construção de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charco estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias, onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar roupa (ENGELS, 2008, p.70).

Novamente, é só substituir algumas palavras usadas por Engels por expressões mais comumente usadas em nosso País, e temos uma descrição atualizadíssima da situação brasileira. Aqui, não temos *cottages* mas temos favelas, com os piores barracos nas piores partes das cidades, sem esgotos, etc. Não é preciso enumerar tudo de novo.

Isto serve para lembrar que a “questão da habitação” continua não resolvida no Brasil, com um enorme déficit habitacional que tende a ser maior quanto maior for a aglomeração urbana que se estiver tratando.

E como é resolvida a questão da habitação?

A descrição e discussão de Engels em *Para a questão da habitação* é interessante porque serve para lembrar que as soluções propostas pelas classes dirigentes do século XIX são muito parecidas com as “soluções” brasileiras não só do século XX, mas inclusive deste início do século XXI com programas do tipo “minha casa, minha vida”. Na polêmica contra o Dr. Emil Sax, se tem a resposta: “o senhor Sax também declara que a questão da habitação só pode ser resolver-se

completamente por meio da transmissão da propriedade da habitação para os operários” (ENGELS, 1983:357). Ao invés de transformação da classe operária em classe possuidora, se pode perfeitamente substituir a sentença original por população de baixa renda com acesso à casa própria. A terminologia não importa, nem mesmo se já não são mais os operários fabris os alvos principais das políticas habitacionais. A propriedade privada de uma parcela de espaço ainda é, mais de um século depois, a fórmula para a resolução da questão do alojamento.

Mesmo que juridicamente a posse de uma pequena casa e/ou terreno tanto em uma favela como em um loteamento irregular nas grandes cidades brasileiras não seja igual a propriedade privada, a fórmula da auto-solução (ou auto-construção) tão comum em vários países da África e América Latina tem como resultado algo como o descrito por Engels (1983, p. 359):

O traço capitalista [*Kapitalistentum*] do nosso operário tem, no entanto, ainda um outro lado. Suponhamos que numa dada zona industrial se tinha tornado regra cada operário possuir a sua própria casinha. Neste caso, *a classe operária dessa região tem habitação gratuita*; os gastos com a habitação já não entram no valor da sua força de trabalho, isto é, todo o abaixamento duradouro dos preços das necessidades vitais do operário, equivale, porém, 'com base nas leis de bronze da doutrina da economia nacional', a uma redução do valor a força de trabalho e, por esse motivo, acaba por ter como consequência uma queda correspondente no salário.

Ora, no caso brasileiro, trabalhadores domésticos e informais – exatamente aqueles que recebem os mais baixos salários ou obtêm o mínimo de renda para subsistência – são rigorosamente os que vivem em habitações precárias e, portanto, os gastos com habitação já não entram no valor da sua força de trabalho. Uma das consequências particulares deste fato no Brasil, que portanto não se verificou com as classes médias européias e norte-americanas, foi a possibilidade da proliferação de empregadas domésticas nos lares dos extratos médios.

Pois bem: a grande questão para Engels é que não se resolve o problema da falta de habitações adequadas simplesmente vendendo/fornecendo casas para os mais pobres, visto que esta solução não mexe com as causas que levaram ao aparecimento do problema. A desigualdade continua existindo. Portanto, o máximo que pode acontecer nas soluções baseadas na venda e subsídio de habitações é *mudar o problema de lugar* (ENGELS, 1983, p. 382). O Brasil está cheio de exemplos de favelas transferidas para a periferia via programas habitacionais, sem mencionar os casos de expulsões pura e simples. Como todos sabem, até hoje isto não resolveu o problema; na maior parte das vezes criou outros. Novamente Engels (1983, p. 382): “enquanto o modo de produção capitalista existir, será disparate pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à sorte dos operários.” Chega a ser engraçado que a respeito da terra, se esqueça na cidade as lições da discussão no campo: da mesma forma que

não se faz reforma agrária efetiva simplesmente se distribuindo terras, não se faz reforma urbana simplesmente se distribuindo habitações.

O resultado na cidade, vou insistir mesmo com o risco da redundância, é no máximo alguns grupos populacionais mudarem de lugar.

E mudanças de lugar *dentro da cidade* remetem a um fato aparentemente banal nos dias de hoje, mas que nem todos percebem a totalidade das consequências, tanto práticas quanto teóricas: o *locus* da riqueza e da pobreza está concentrado *no mesmo espaço*. A proximidade territorial entre as classes é maior que seu afastamento, por isso os conflitos e disputas por localizações.

Vou, portanto, continuar agora a partir de duas chaves básicas para a compreensão do espaço urbano atual: além de entendê-lo como disputa por localizações, também com propriedades que concernem ao espaço em geral, ou seja, como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996, p. 51).

3) Localização e espaço urbano

O desenvolvimento tanto das técnicas quanto do próprio capitalismo produziram neste início do século XXI um fato inédito: pela primeira vez na história da humanidade há mais gente morando nas cidades do que no campo (DAVIS, 2006, [p. 13](#)). Em consequência, cada vez mais a aglomeração espacial e não a dispersão dominam as relações sociais: a concentração de pessoas e objetos no ambiente construído que chamamos de cidade tem importância sobre o sentido de localização.

O sentido de localização é importante porque ele é anterior à disputa por localizações, faz parte da própria constituição da geografia, mesmo que muitos não lembrem disso. A localização é o fundamento geográfico da essência do Ser. Ninguém pode Ser sem estar localizado de alguma maneira, é a forma mais imediata de existir, é a forma mais imediata da relação homem-meio. Remete, portanto,

à posição do homem dentro de uma estrutura relacional, dentro de uma estrutura de coabitações, na qual a *distância* não é tomada em termos métrico-quantitativos, mas sim em termos da intensidade qualitativa da relação. O ente entre entes, inserido numa estrutura de coabitações, presente, portanto, num contexto de uma *distribuição*, que coloca uma localização específica numa trama escalar, de *extensão* determinada. E assim o sentido da localização se definirá pela intensidade qualitativa da relação e pela extensão a que se vê inserido o ente. *Extensão* e *intensidade qualitativa* numa relação variam em função de aspectos que vão desde a afetividade (identidade, sentimento de pertencimento, etc.) até o caráter técnico estabelecido na relação, e neste último caso sugere observar no limite até mesmo seu conteúdo tecnológico (MARTINS, 2007, [p. 48](#))

O resultado é que a localização deve ser entendida sempre como uma relação social.

Portanto, não é uma questão que deveria apenas ser discutida na cidade, já que o “onde?”, uma das perguntas básicas da geografia, acontece em qualquer lugar, o mesmo valendo - com o perdão da obviedade - com as relações sociais.

Mas afinal, o que torna a localização na cidade tão importante, visto que normalmente é aí que esta discussão acontece? Reforço novamente: é uma questão de densidade, aglomeração e proximidade espacial. E tudo isto mais o fato de que o desenvolvimento do capitalismo modifica as relações jurídicas e sociais da terra. Ao transformá-la em mercadoria, o capitalismo também transforma e dá novo conteúdo às relações sociais de localização.

Dizer que o capitalismo transforma a terra em mercadoria ainda é insuficiente para se entender a configuração do ambiente urbano, apesar de já ser um começo. Em primeiro lugar, porque não se pode fazer simplesmente uma transposição da análise da mercadoria para a terra (e menos ainda para o espaço), pois esta *não é* uma mercadoria como outra qualquer.

Como já é sabido, de uma forma geral a mercadoria é produzida sob condições determinadas, a saber, em um território restrito e socialmente organizado (a fábrica) em que há uma separação nítida entre proprietários de meios de produção e proprietários da força de trabalho. Esses últimos, no processo de trabalho e numa quantidade “x” de tempo, produzem uma determinada quantidade de *valor*, só passível de realização por meio da *troca*. O que significa isto? Que os bens produzidos *necessitam* serem vendidos, para que o ciclo da mercadoria se “feche” e o capital possa se reproduzir e se valorizar (em outras palavras, o ciclo D-M-D’). Pode-se por isso dizer que o capital *cria seu próprio mercado*. Neste mercado, no qual os bens serão vendidos por um certo preço, esses preços estarão determinados pelas condições de produção. Ainda que a “lei da oferta e da procura” possa ser observada em algumas ocasiões, ela está subordinada ao fato de que este mercado só pode existir se o preço contiver em si pelo menos o custo de produção mais um lucro. Dito de outra maneira: apesar das flutuações conjunturais possíveis, no final das contas é o preço de produção que regula o preço de mercado (e o próprio mercado).

E o que acontece ce “Contrariamente a los productos del capital que salen de la producción como capital mercancía en vías de realización, los bienes raíces no implican ninguna necesidad social de ser vendidos. Por tanto, en este ‘mercado’ tan especial no hay mercancía producida, ni precio regulador, ni ley de oferta autónoma. Se trata, entonces, de un mercado en el que la formación de los precios se presenta a la inversa, en el que la ley de la demanda regula los precios de transacción, mientras que éstos regulan a su vez los precios de oferta. Todo el mundo sabe que el precio del suelo depende de lo que se hace - o se puede hacer - en él.” (TOPALOV, 1984, p. 09-10)

E se pode fazer muitas coisas com a terra. Desde simplesmente deixá-la para fins especulativos, alugá-la para fins industriais e residenciais, vendê-la com os mesmos fins ou mesmo construir algum tipo de benfeitoria. Isto vai resultar num mercado de solo urbano extremamente fragmentado e heterogêneo. Na verdade, *mercados*, não um só. Topalov afirma que são as leis de demanda que dominam estes mercados, desde que se entenda que esta procura não remete às preferências dos consumidores finais. Isto porque entre a compra do solo e sua utilização, vai existir uma produção material de edificações, sem falar nos agentes que intermedeiam a mudança de uso do solo. É neste complexo processo social que se forma a demanda. “El precio de este bien sin valor, el suelo, no puede ser entendido allí donde se ofrece (mercado del suelo) sino allí donde se forma (valorización del capital sobre el suelo)”. (1984, p.10)

Ora, se o preço não pode ser determinado somente por alguma qualidade intrínseca ao solo, então é possível entender a renda da terra como uma espécie de *transferência* de parte do valor produzido pelo capital em uma atividade e num ponto do território qualquer para o proprietário da terra. Segundo Topalov (1984, p. 11) isto ocorre quando certas condições de valorização são *independentes* do capital: por serem desigualmente estabelecidas segundo a localização ou não serem reproduzíveis por este capital considerado individualmente. Assim, a renda também pode ser entendida como um *sobrelucro localizado*, que se fixa onde se forma ao invés de entrar no movimento de nivelção dos lucros ou mesmo reentrar na cadeia de investimentos ditos “produtivos”.

A *localização* de uma parcela de terreno qualquer torna-se, portanto, importante para obtenção de renda, visto que o proprietário de terra detém virtualmente o monopólio de um bem que não pode ser reproduzido e que é, entre outras coisas, *condição* para a existência de atividades produtivas. Mas, e aqui entre talvez o elemento mais importante, nem a localização nem a condição de suporte existem previamente: *na verdade, são qualidades configuradas pela sociedade como um todo. Não são o solo, sua apropriação privada e sua “escassez” os fundamentos da renda da terra, e sim um conjunto de relações sociais.* Portanto, se pode concordar tanto com Villaça (1998) em sua afirmação de que a localização é um valor de uso produzido quanto avançar um pouco mais e entender a diferenciação social dos espaços como um resultado histórico – porque social - e não um simples dado pré-configurado do território. Um exemplo simples mas verdadeiro é lembrar que na cidade os terrenos mais “valorizados” são aqueles situados onde haja infra-estrutura (água, luz, esgoto, etc.) pronta, acesso facilitado pela existência de transporte coletivo, proximidade de serviços, legislação que permita a verticalização, em suma, condições que independem do terreno em si. E outro é lembrar que as múltiplas características qualitativas de uma localização se

organizam como um valor de uso concreto somente em uma prática, em um modo de vida particular. A posição de um objeto (de um ambiente edificado qualquer) no território também depende da posição e situação de classe. Por exemplo: a valorização de “morar perto do trabalho” normalmente é muito mais importante para um operário do que para os dirigentes de uma empresa (TOPALOV, 1984, p. 217). O que torna a análise da localização urbana muito mais complexa.

De qualquer maneira ainda se mantém verdadeira a contradição de que a propriedade do solo pode ser sim um obstáculo externo à livre inversão de capitais, mesmo que criada pelo próprio movimento que fez emergir o capital como o principal motor da sociedade. E se é o capital que domina,

La renta no determina por tanto la ganancia, forma inmediata y dominante del plusvalor, sino que se halla regulada por éste. Si la parte de la ganancia que corresponde al suelo afectase a la ganancia media, no habría inversión y, por tanto, tampoco renta del suelo. Este es el efecto de la estructura misma de las relaciones de producción: el capital es quien controla efectivamente el proceso de producción y tiende a eliminar la propiedad autónoma del suelo de cualquier función de organización de ese proceso. (TOPALOV, 1984, p. 13)

Tende, como diz o parágrafo acima, não quer dizer que necessariamente este fato ocorra sempre. De qualquer forma, é neste processo, em que a lógica de desenvolvimento do capitalismo força a redução da propriedade da terra a um simples direito de participação na mais-valia social, que este tipo de propriedade deixa de ser o fundamento de uma classe social determinada. Assim sendo, qualquer classe ou fração de classe pode entrar neste mercado tão especial; o que não é eliminado (ou dissolvido) pelo capital é que a terra continua representando interesses econômicos distintos e distinguíveis (ROWEIS e SCOTT, 198, p. 140). Isto tudo traz consequências importantes na configuração territorial urbana, e o resultado de todas estas contradições que se interpenetram para produzir não só a terra urbana, mas o próprio espaço, pode ser descrito da seguinte forma:

Roweis e Scott, analisando a sociedade norte-americana contemporânea, distinguiram duas diferentes fases na produção e no “consumo” do solo urbano. Na primeira, é o Estado que provê, seja diretamente ou através de subsídios, a infra-estrutura e facilidades públicas de uma determinada área. Isto ainda não significa que a configuração espacial final ou as vantagens locacionais do lugar já estejam determinadas. Isto só ocorre na segunda fase, quando uma série de transações de mercados privadas vão estabelecer quais são os padrões e a intensidade de uso da terra urbana.

Enquanto a primeira fase envolve várias formas de decisões coletivas sobre a qualidade, localização e até mesmo custo e viabilidade técnica de investimentos que são públicos, a segunda fase é um processo puramente anárquico cujos resultados não foram inicialmente decididos e nem

planejados, exatamente por causa da enorme variedade de usos possíveis para a terra. Em princípio, a primeira fase pode ser entendida de acordo com critérios de custo-benefício social. Mas a segunda fase não. Ela só pode ser entendida por critérios de custo-benefício privados. Ou seja, enquanto os resultados da primeira fase são objetos de decisões coletivas, os resultados da segunda fase não. Consequentemente, visto que a segunda fase é um elemento decisivo, tanto como causa quanto como efeito na produção da terra urbana, o que se tem é que o processo como um todo é inevitavelmente anárquico. Logo, sob as relações sociais e de propriedade atuais, a configuração espacial das diferentes vantagens locacionais (e por essa razão, dos usos e renda da terra) não são objetos de decisão coletiva e, além disso, se torna muito difícil (se não impossível) serem racionalmente planejadas (ROWEIS e SCOTT, 1981, [p. 142-143](#)), como aliás as várias queixas no Brasil atual sobre “Planos Diretores que ninguém cumpre” demonstram perfeitamente.

Além do mais, este processo no Brasil tende a ser mais complexo. Tanto o solo urbano pode ser produzido da mesma forma quanto pode ocorrer de um incorporador imobiliário começar a vender lotes *antes* do Estado chegar com a infra-estrutura, forçando uma sobre-valorização posterior. Isto sem falar nas invasões de terrenos (tanto públicos como privados) não só por “sem-tetos” como também por incorporadores clandestinos que vendem lotes de terrenos públicos na periferia de muitas grandes cidades. É, sem dúvida, um tipo de produção do solo urbano que foge ao esquema e a imagem tradicional da existência de um ordenamento capitalista totalmente racional.

As diferenças de forma não importam aqui, pois o que precisa ser entendido é que existe um componente anárquico, não só na criação de terra urbana como na produção do espaço, com resultados não pretendidos e nem socialmente decididos (GOTTDIENER, 1993, [p. 107](#)). Talvez o exemplo mais eloquente seja exatamente o da constituição de favelas: não há Administração Pública que não queira acabar com elas, não há grupo social dentro da cidade que goste da existência deste tipo de aglomeração, *mas elas existem*.

Avançando um pouco mais, se tem outro fator importante a considerar. A partir do momento em que a propriedade do solo se pulveriza e se incorpora ao capitalismo através de um mercado próprio (o mercado imobiliário), passa a existir a possibilidade de a terra não ser somente um “obstáculo” ao capitalismo. O próprio capital pode agora fazer inversões extremamente lucrativas neste mercado, inclusive produzindo espaço e, por meio deste, realizando mais-valia tanto na especulação como na construção, inclusive em momentos de “baixa” na produção industrial. Isto se torna possível porque o solo (inclusive o solo edificado) possui uma potencialidade variável de uso, como visto até aqui. Aliás, variável e cambiável; e como também já mencionado, produzido socialmente. Por esse motivo, Lefebvre (1976, [p. 108](#)) chegou a dizer que estes bens,

tradicionalmente considerados “imóveis”, foram convertidos pelo capitalismo em *bens móveis do espaço*.

O fato de o capitalismo ter criado bens móveis do espaço não significa, como venho tentando demonstrar, que a configuração urbana seja um resultado puro e simples dos desejos do capital. Em primeiro lugar, porque o capital não pode ser personificado, ele também é uma relação social. Em segundo lugar porque nem toda a forma que a cidade toma necessariamente é a forma mais adequada para a reprodução do capital, vide as discussões dos economistas sobre as “deseconomias de aglomeração” como uma das responsáveis por processos de transferências de plantas industriais para fora dos grandes centros urbanos. Em terceiro lugar, a disputa por localizações é também uma luta pulverizada – porque teoricamente qualquer um pode participar – pela apropriação do excedente e da renda. Isto porque a posse de terra como localização é um meio de acumular riquezas sob as relações capitalistas de produção, mesmo que apropriada por outras classes ou pessoas que não os capitalistas.

A questão é que, sendo disputa, há ganhadores e perdedores. Com efeito, todos podem participar do mercado de terras e do ambiente construído, o que não elimina a questão de que esta participação é desigual. Em uma sociedade de classes, qualquer que seja ela, alguns participam em melhores condições que outros. Esta desigualdade tem reflexos na forma com que a cidade vai se configurando: as melhores localizações vão para as classes mais ricas, as piores para as classes mais pobres. O resultado mais genérico da disputa por localizações é a relação centro-periferia. Estou usando aqui “genérico” e “aparência” para chamar atenção de que estas posições não são nem estáticas nem absolutas. A centralidade, sendo uma localização, é criada pelas relações sociais, podendo portanto, mudar de lugar, ser ampliada ou reduzida em seu alcance, etc. O mesmo pode ser dito a respeito da periferia: quantas áreas nas cidades brasileiras que há 30 ou 40 anos eram consideradas longe e periféricas hoje não se transformaram em áreas ditas “nobres” e valorizadas pelo processo de crescimento econômico e populacional? O que nunca pode ser esquecido é: o segredo para o entendimento das localizações e das relações centro-periferia é a palavra *relação*. É ela que permite fugir da noção de espaço absoluto e da concepção de espaço como simples substrato das ações humanas.

Assim, a outra questão mencionada no início desta seção agora entra em cena: as localizações não são unicamente consequência de relações sociais, mas também são determinadas pela quantidade e qualidade de objetos existentes em um determinado lugar. O que significa que *a localização também é um ambiente construído*. O centro só é centro porque a quantidade de infraestrutura fixada no território torna a localização atraente: é o lugar onde existe distribuição

abundante de energia, água, iluminação, calçamento, supermercados, hospitais, escolas, etc, etc. E isto tudo não precisa estar necessariamente no centro histórico da cidade, nem no centro geográfico de qualquer sítio urbano. Na verdade, a centralidade enquanto localização constantemente muda de lugar em cidades com forte dinamismo econômico e populacional. Esta dinâmica frequentemente tem como um de seus resultados em cidades maiores e relativamente antigas processos de esvaziamento e “degradação” do centro histórico. Como uma coisa está ligada à outra, outro resultado aparece como consequência do processo anterior: o esvaziamento significa desvalorização e subutilização de uma quantidade enorme de capital fixado no solo, o que mostra mais uma vez como os resultados das disputas por localizações não necessariamente (nem imediatamente) são os mais favoráveis para o processo de reprodução do capital.

Então, se o resultado destes processos contraditórios e não intencionalmente planejados é a configuração urbana extremamente fragmentada que se tem nos dias de hoje, como ficam as questões tão debatidas de exclusão social e segregação espacial?

4) Exclusão e segregação: notas para um debate

o 'fetichismo do espaço' é o modo de pensar particular dos geógrafos. As relações entre os grupos ou classes sociais são apresentados como relações entre áreas, obscurecendo (como no chauvinismo) as divisões sociais *no interior* das áreas. (...) A desigualdade social não é substituída pela 'desigualdade espacial', porque o último termo é destituído de significado, independente de conteúdo social – não se pode escolher entre 'espacial' e 'social', é preciso ter ambos. (ANDERSON, 1977, p. 46)

Esta seção começa com uma citação de um texto que se tornou um clássico de James Anderson como uma provocação. Exclusão e segregação são conceitos que tem se destacado na Geografia e nos estudos urbanos há um certo tempo. A disseminação destes conceitos foi tão forte que ultrapassou a escala urbana; hoje é comum referências à África, por exemplo, como um continente “excluído da globalização”.

A grande questão é: esses conceitos, importados principalmente da sociologia, ajudam a clarificar e explicar os fenômenos sócio-espaciais ou a geografia deveria repensar o uso que faz deles? Na verdade, a questão ultrapassa a Geografia: os conceitos de exclusão e segregação são úteis para o entendimento da realidade ou acabam apenas descrevendo a *aparência* de certos fenômenos e não sua *essência*? Até que ponto a utilização destes termos não incorre no fetichismo espacial que Anderson alertava há mais de 30 anos?

Segregação e exclusão começaram a ganhar o mundo a partir dos estudos sobre as cidades

desenvolvidos pelos sociólogos da pioneira Escola de Chicago entre as décadas de 1920 e 1940. Também conhecida como a abordagem da Ecologia Urbana, estas pesquisas entendiam que a cidade não cresce por acaso, mas obedecendo padrões que seriam como respostas a aspectos vantajosos do ambiente. Além de enxergar a cidade de forma semelhante a um organismo vivo, esta teoria diz que a dinâmica interna, o como os indivíduos se distribuem no espaço urbano, segue uma lógica de processos de competição, invasão e sucessão de territórios. Assim, padrões de localização e deslocamento nas cidades refletem a maneira pela qual os moradores lutam por sua sobrevivência, tendo como resultado a formação de áreas com características sociais distintas e contrastantes (que seria a origem dos guetos raciais nas metrópoles norte-americanas)⁴.

Mais recentemente, e ainda que crítica à Escola de Chicago, a renovação da sociologia urbana francesa na década de 70 praticamente incorpora estes conceitos como explicadores da realidade. Manuel Castells, por exemplo, entendia o urbano como uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho, o que significa dizer que o entendimento das questões urbanas está ligado aos problemas do consumo coletivo. Como ele mesmo diz, “a segregação social do espaço é portanto expressão específica dos processos que visam a reprodução simples da força de trabalho, mas estes processos estão sempre inseparavelmente articulados com o conjunto de instâncias da estrutura social” (CASTELLS, 1983, p. 228).

O reflexo nos dias de hoje é evidente: é quase impossível atualmente (inclusive na geografia latino-americana) encontrar um texto ou uma pesquisa sobre as cidades que não façam referência à exclusão, segregação ou ambos. Em parte, pode-se dizer que a aceitação dos termos ocorreu facilmente porque quase ninguém é a favor da exclusão ou segregação, da mesma forma que quase ninguém em sã consciência diria que é a favor da discriminação de gênero ou raça (me abstenho de discutir aqui o fato de que muitos que dizem não discriminar são na prática preconceituosos). A partir daí, textos e mais textos denunciando a existência destes fenômenos em metrópoles, cidades médias, em cidades do centro do sistema capitalista ou da periferia ganharam volume cada vez maior. Para se ter uma idéia, uma pesquisa no *Google* sobre “spatial segregation” tem como resultado aproximadamente 370.000 páginas, o que dá uma medida da popularização da discussão.

Partindo então da premissa que todos são contra a segregação e a exclusão, infere-se que todos querem incluir os excluídos e agregar os segregados.

A primeira pergunta, portanto, é: incluir e agregar aonde? De que forma? A pergunta derivada desta é: afinal, segregados e excluídos do quê estamos falando?

4 Existem centenas de artigos e livros descrevendo e discutindo as proposições da Escola de Chicago. Sugiro como introduções simples ao assunto: Giddens, 2005: págs. 457-60; Gregory e Johnston, 2009: págs. 78-80; Vasconcelos, 1999: págs. 146-59.

Para clarificar, nada melhor que começar com definições de dicionário. O *Dicionário Online da Língua Portuguesa Priberam* explica da seguinte forma: lembra que segregação é o ato ou efeito de segregar; este verbo, por sua vez, significa 1) separar de um todo; 2) pôr de parte, expelir, deitar; 3) Apartar, separar; 4) sair, desmembrar-se. Por sua vez, excluir deriva do latim *excludo, -ere*: não deixar entrar, expulsar; tendo como definições 1) pôr fora, pôr de parte, não contar, não incluir; 2) Tirar (de lista); 3) não admitir; 4) excetuar; 5) privar da posse de alguma coisa. Para complementar, o conceituado *Dicionário de Geografia Humana* começa o verbete definindo segregação desta maneira: “Diz-se que o fenômeno da segregação ocorre quando dois ou mais grupos ocupam diferentes espaços dentro da mesma cidade, região ou mesmo Estado”⁵ (GREGORY e JOHNSTON, 2009, p. 673).

O ponto que deve ser destacado aqui é o seguinte: porque se fala em “diferentes espaços” quando se discute segregação/exclusão? Na verdade, aceitar a existência de diferentes espaços significa *não ter um conceito sobre espaço*. E não ter um conceito sobre espaço faz com que a teoria repita o padrão aparente da realidade, pulverizando e fragmentando o objeto de análise.

O leitor destas linhas deve lembrar: este texto começou com uma citação de David Harvey sobre a cidade. A complexidade da paisagem, a junção de múltiplas liberdades e oportunidades, a cidade como arena de ordem/desordem na verdade deveria revelar o fato de que tudo isto conforma um espaço. Como lembra Doreen Massey, o espaço é o produto de inter-relações e

a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. (MASSEY, 2008, p. 29)

O resultado, para a autora, é que o espaço está sempre em construção. Portanto a questão aqui é reconhecer que a multiplicidade é muito mais carregada de significados e capaz de explicar a realidade do que as dicotomias de exclusão e segregação que são muito mais comumente usadas pelos analistas contemporâneos da cidade.

E que melhor exemplo do que discutir a posição dos mais pobres nas sociedades do dito terceiro mundo? Os favelados estão nos extratos mais pobres da população latino-americana, aqueles que habitam a porção mais desvalorizada do espaço urbano. Seriam um exemplo claro da existência dos fenômenos de exclusão e segregação. Mas, o que aconteceria se começássemos a

5 No original: “The phenomenon of segregation is said to occur when two or more groups occupy different spaces within the same CITY, REGION or even STATE.”

analisar mais detidamente as relações sociais e espaciais estabelecidas pelas diferentes classes e camadas moradoras das cidades? De volta aos favelados: eles estão excluídos da cidadania? Da sociedade? Pois bem, para tomar o caso brasileiro, é preciso lembrar que salvo analfabetos, todos podem votar e ser votados, todos tem acesso a um sistema jurídico, escolar e de saúde, a quase totalidade possui acesso à luz elétrica e água e para completar, hoje existem praticamente um telefone celular por habitante no Brasil. Evidentemente, a qualidade destes serviços pode e deve ser discutida e denunciada, mas a questão é que eles *não são cidadãos excluídos*, a menos que exclusão seja concebida em termos de *qualidade* de acesso a certos bens e serviços.

Aliás, Robert Castel, analisando os tumultos urbanos recentes na França, lembra, à semelhança do que estou fazendo aqui, que “assim como a periferia não é um 'gueto', assim também o jovem da periferia não é um 'excluído'.” (CASTEL, 2008, p. 36). Isto porque a grande maioria deles se beneficia das duas prerrogativas essenciais da República Francesa, a cidadania política e a cidadania social. Portanto, não é a exclusão que explica tumultos e revoltas da periferia. Esta é a explicação fácil mas pouco real.

Seria então exclusão no acesso a terra? Assentamentos informais (ilegais) representam na verdade acesso à terra de pior localização no espaço urbano (e portanto mais barata e acessível aos mais pobres). Novamente aqui, o conceito de exclusão fica difuso, já que ao contrário do que parece, os favelados *estão no espaço urbano, ainda que nas piores e mais problemáticas localizações*. É exatamente para estar na cidade (portanto, incluído nela) que os mais pobres resolvem seu problema de habitação através de assentamentos precários. A favela não é uma exclusão da cidade, no máximo pode ser pensada como um lugar de “imposições da não-escolha mercantil e, portanto, a uma lógica externa ao mercado (ou de exclusão do mercado)” (Abramo, 2007:61). O que muitos esquecem é que favelas, na verdade, complicam a teoria original da segregação. Esta teoria foi pensada (como já descrito algumas páginas atrás) numa situação em que tanto pobres como ricos acessam o mercado e se distribuem no território de acordo com sua renda, homogeneizando porções (bairros) do espaço urbano. Ora, a construção de assentamentos pela via da “não-escolha mercantil” descaracteriza completamente a pretensa lógica da teoria neoclássica de localização residencial (ver uma discussão mais completa no livro de Pedro Abramo, 2007). O que qualquer comparação de cidades norte-americanas com latino-americanas mostra por exemplo, é que a proximidade espacial entre pobres e ricos é muito maior aqui do que na América do Norte. Será preciso lembrar das favelas “subindo morros” ao lado de bairros de classe média do Rio de Janeiro e outras cidade latino-americanas?

Poderia-se falar então de segregação espacial dos favelados? Segregar, como ensinam os

dicionários, é separar, isolar, afastar. Os favelados não se deslocam para fora das favelas? Não trabalham - por exemplo como empregados domésticos e de baixa qualificação no setor terciário – em bairros de classe média e distritos de escritórios? Não vão ao centro histórico das cidades comprar bens de consumo a prestações de perder de vista e juros altos em magazines populares? Não existe isolamento absoluto (nem mesmo nos guetos raciais norte-americanos, origem das discussões sobre segregação), o que torna, novamente, complicado discutir a segregação.

Pode-se também partir do espectro social oposto, como muitos tem feito hoje em dia, na hora de discutir segregação. A criação de “condomínios fechados” para as classes médias e alta na grande maioria de cidades grandes e médias brasileiras seria um sinal evidente de segregação. Existem duas coisas aqui importantes para o entendimento deste fenômeno. A primeira, diz respeito à própria incoerência da “novidade” dos condomínios fechados. Isto talvez se deva ao fato de que geógrafos e urbanistas nem sempre são versados em termos jurídicos (o que é bastante compreensível; eu mesmo estou longe de sê-lo). Ora, todo e qualquer condomínio é “fechado”. Não existe condomínio “aberto”. O leitor destas linhas que porventura mora em um edifício deve lembrar: quase todos os edifícios multifamiliares no Brasil são administrados no formato de Condomínios. Nós pagamos taxas de condomínio ao morar em edifício, o que significa, entre outras coisas, que só os pagantes (moradores) tem acesso e direito de usufruir das áreas comuns do mesmo. O que também significa, para fins práticos, que todo não-morador é excluído do condomínio! Continuando o raciocínio, deve-se pensar: quando o morador entra em sua unidade habitacional (o apartamento) e fecha a porta, o que ele está fazendo? Excluindo todos os não-moradores! Pode-se raciocinar da mesma maneira com a questão da segregação: quando entramos em nosso condomínio, estaríamos segregando todos os outros fora do edifício; quando entramos em casa, segregamos nossa família num espaço particular. Espero que tenha ficado claro: o que estou tentando demonstrar é a fragilidade dos conceitos de exclusão e segregação como portadores de novas formas sociais e urbanas e explicadores de fenômenos contemporâneos.

A segunda coisa é: ao contrário do que se pensa, a proliferação de “condomínios fechados” tem tido como efeito provavelmente não planejado, a proximidade de classes sociais que mantinham distâncias físicas maiores anteriormente. Isto porque até pouco tempo atrás em quase toda a América Latina (não só no Brasil) os ricos moravam em áreas centrais e os pobres nas periferias. Pois bem, os novos bairros para as classes mais altas estão sendo construídos nas periferias e em grande medida em áreas onde antes só havia “pobres”. Num texto muito interessante, Sabatini e Brain (2008) discutem a partir da experiência chilena estas questões,

inclusive cunhando o termo gentrificação⁶ da periferia:

En nuestro medio latinoamericano la gentrificación afecta a la periferia popular, pero podría tratarse de una 'gentrificación sin expulsión', esto es, de una invasión de los más ricos que no da lugar necesariamente a la expulsión de los residentes de menores ingresos. Por tratarse de la periferia, los 'gentrificadores' encuentran sitios eriazos; y por predominar entre los residentes de condición popular formas de tenencia del suelo distintas que el arrendamiento (ya sea la informalidad o la propiedad privada de la vivienda social) la expulsión es más difícil. El resultado espontáneo es la reducción de la distancia entre los grupos sociales que ocupan los extremos de la escala social, es decir, una reducción de la segregación residencial. (SABATINI e BRAIN, 2008, p. 14)

A partir disto, pode-se pensar em vários exemplos semelhantes espalhados pelas cidades brasileiras. Para não ser acusado de falta de exemplos concretos, posso citar condomínios de casas para classe média que começam a proliferar pelos bairros agronomia/lomba do pinheiro em Porto Alegre, tradicionalmente populares e com baixos indicadores sociais que nos últimos anos têm visto multiplicar os “condomínios fechados” em áreas vazias, mas sem expulsar os mais pobres.

Mas, se for admitido que mesmo assim é importante discutir a cidade pelo prisma de exclusão e segregação, qual é a proposta? Incluir os excluídos na sociedade de consumo (na verdade, eles já estão incluídos, mesmo que na condição de exército industrial de reserva)? Agregar bairros “utópicos” onde as diferentes classes sociais viveriam misturadas e em harmonia? O que talvez muitos não percebem é que “combater a segregação e exclusão” na maioria das vezes tem uma orientação profundamente conservadora, como aliás já alertava José de Souza Martins (2008:35). Exatamente porque incluir significa entrar na sociedade como consumidor. Incluir não é questionar e muito menos combater o tipo de organização social que criou as desigualdades; incluir é uma luta para a aceitação das desigualdades.

Uma questão simples que deve ser retomada é: a sociedade capitalista produz desigualdades, tanto sociais como espaciais. Retomar a discussão sobre a produção espacial das desigualdades talvez seja a chave para construirmos conceitos melhores para o entendimento do espaço urbano capitalista.

Por onde começar? Este texto começou relembrando as clássicas discussões de Engels, voltemos pois ao marxismo: toda a propriedade é uma renda de monopólio (por sinal, a discussão de renda da terra é anterior ao marxismo), portanto, basicamente uma forma de segregação. Como a

6 Lembrando que “gentrificação” é um neologismo derivado da palavra inglesa “gentrification”, significando processos induzidos de renovação de áreas centrais das cidades, normalmente substituindo moradores e frequentadores mais pobres por outros de classe média/alta.

propriedade privada do solo é pulverizada em milhões de proprietários, não tem sentido discutir segregação a partir disso, pois teríamos milhões de potenciais segregadores. Mas o que não pode ser esquecido é que a apropriação privada da terra é contraditória: a posse da terra é um meio de acumular riquezas sob as relações capitalistas de produção, podendo ser feito inclusive por não-capitalistas. Qualquer cidade possui alguns personagens oriundos de extratos médios que enriqueceram por saber lidar com este mercado tão especial. O que o mercado imobiliário revela é uma luta de classes pela apropriação da distribuição da riqueza. E como nota Gottdiener (1993, [p. 110](#)), “é exatamente a atuação de frações específicas de classe no circuito secundário, o papel do Estado em todos os níveis na ajuda à atividade do setor imobiliário e as consequências contraditórias dessas intervenções que explicam a forma espacial”.

Exclusão e segregação não são consequências da “maldade” do capitalismo e/ou dos capitalistas; na verdade, a eventual presença destes fenômenos tem mais relação com a incapacidade do capital de resolver todas suas contradições, com a fraqueza em combater formas de ganho baseadas em renda e não em produção de mercadorias. O fato de o capital também se aproveitar da produção de espaço como maneira de igualmente se apropriar de parte da renda como brilhantemente demonstrou Henri Lefebvre em vários de seus livros apenas acrescenta mais contradição na produção de formas espaciais urbanas. E estas contradições não eliminam o aspecto de que “o ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (HARVEY, 2004, [p. 117](#)). Ainda que as palavras de Harvey originalmente se refiram à acumulação de capital em geral, podem perfeitamente ser transcritas para a questão urbana. Como tem sido visto recentemente no Brasil, incluir os mais pobres na sociedade de consumo (via programas sociais como o bolsa-família, por exemplo) é muito mais lucrativo e sustentável para os processos de acumulação do que excluí-los e segregá-los. Aliás, um bom tema para estudos talvez seja a reação de alguns setores das classes médias-altas contra a inclusão dos mais pobres. Com os pobres ganhando mais aumento de renda do que os mais ricos, comprando carros por exemplo e portanto aumentando os congestionamentos, as manifestações de preconceito aparecem, mesmo que disfarçadas. E isto, como já afirmado aqui, é pura expressão da luta de classe pela apropriação de riquezas, já que uma parcela destas, tradicionalmente cativa das classes altas, agora parcial e timidamente se dirige via Estado para outros extratos.

Por consequência, ainda é sumamente importante para a compreensão do espaço urbano o entendimento do papel do Estado, seja via programas sociais, investimentos em infraestruturas, financiamentos habitacionais, etc.

Em resumo, entender a cidade como justaposição da riqueza e da pobreza no mesmo espaço, como proximidade física contraditória de classes e interesses diferentes é muito mais rico para uma análise e tentativa de compreensão deste fascinante fenômeno que é a urbe contemporânea do que partir dos conceitos de exclusão e segregação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ANDERSON, J. *Ideologia em Geografia: uma introdução*. Seleção de textos da AGB, São Paulo, nº 3, p. 39-56, setembro de 1977.
- CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CASTEL, R. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes, 2008.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. "Para a questão da habitação" in MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas em 3 tomos. Tomo II, páginas 322-406. Moscou: edições progresso, 1983.
- GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GREGORY, D, JOHNSTON, R et alli (eds.). *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Blackwell, 2009.
- HARVEY, D. "The urbanization of consciousness" in *The urban experience*. Baltimore: Johns Hopkins, 1989.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- _____. *Espacio y politica*. Barcelona: Peninsula, 1976.
- MARTINS, E R. "Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do Ser". *GeoUSP*, São Paulo, nº 21, pp. 33-51, 2007.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. São Paulo: Vozes, 2008.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

2008.

MUMFORD, L. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROWEIS, S. T. e SCOTT, A. J. “The urban land question”, in DEAR, M. e SCOTT, A. J. (eds). *Urbanization and urban planning in capitalist society*, New York: Methuen, 1981.

SABATINI, F. e BRAIN, I. “La segregación, los guetos y la integración social urbana: mitos y claves”. *Revista Eure*, vol. XXIV, nº 103, pp. 5-26, dezembro 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOJA, E. *Postmetrópolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

TOPALOV, C. *Ganancias y rentas urbanas: elementos teóricos*. Madrid: Siglo XXI, 1984.

VASCONCELOS, P. A. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.